

A CONSTITUIÇÃO ENUNCIATIVA DO MUNDO SOCIAL

*Alice Yoko Horikawa**
*Maria Cecília Camargo Magalhães***

RESUMO: A noção de representação vem recebendo especial destaque nas novas análises das relações sociais que vinculam a constituição social do ser humano às suas formas de linguagem. Este trabalho pretende expor algumas das discussões feitas em torno do conceito, principalmente no que se refere a sua relação com a linguagem verbal, e apresentar a teoria da enunciação de Bakhtin como uma possibilidade de evitar o risco do niilismo que envolve algumas dessas abordagens.

PALAVRAS-CHAVE: representação; enunciação; dialogismo.

*Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL (PUC-SP). Professora da UNINOVE, da PUC-COGEE e da rede municipal de ensino.

**Doutora em Educação pela Virginia Polytechnic Institute and State University – USA e professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL (PUC-SP).

Introdução

Longe das certezas positivistas, as ciências humanas têm destacado, hoje, a importância da linguagem na constituição do social, questionando a possibilidade de se analisar integralmente o ser humano dissociado dos textos que ele produz. A idéia que tem prevalecido nessas análises é a de que não há significados cabais acerca do mundo e do homem. A história, a cultura e, conseqüentemente, o ser humano estão em permanente reconstrução, porque inserem-se numa prática de significação que, exercitada nas interações sociais, desestabiliza as verdades e os dogmas definidos pelas ciências tradicionais. A linguagem, não mais compreendida pelo viés estruturalista que a concebe como um sistema fixo e estável de regras que viabilizam a transferência de informações entre os indivíduos, transforma-se em mediador essencial no processo de apropriação dos valores sociais. E envolvida na prática significativa, a linguagem incorpora o valor do conflito, passando a ser assumida como constituidora do humano. Assim, revela-se um novo olhar sobre o ser humano, que deixa de ser visto como mero receptáculo de valores sociais e culturais e passa a ser considerado seu produtor, num processo em que o outro tem papel determinante, pois, ao compartilhar e negociar significados já cristalizados, estabelece a possibilidade de construção de novos sentidos para a vida social.

Essa perspectiva discursiva de análise das relações humanas coloca em questão o sentido do real como sendo algo dado *a priori* e, portanto, abstraído de seu processo de constituição, no qual estão colocados indivíduos que, por meio do discurso, antagonizam valores sociais. O agente, analisado a partir da linguagem, ganha tempo e espaço concretos, os quais definem de maneira incisiva suas concepções de mundo e sua atuação sobre ele. A relação entre o sujeito e a realidade não é mais concebida como uma relação monológica de sujeito e objeto, em que cabe ao primeiro desvendar o real para então dominá-lo. A ‘realidade’ é uma concepção dialogicamente construída por sujeitos sociais que interagem discursivamente, buscando significados sobre o mundo em que vivem.

Em vista desse quadro, teóricos denominados pós-modernos ou pós-estruturalistas¹ apresentam o conceito de representação em oposição à idéia universalista de realidade. Este trabalho pretende, inicialmente, situar as discussões que têm sido feitas em torno desse conceito, a partir, principalmente, da contraposição entre o paradigma da modernidade e os estudos pós-modernos e pós-estruturalistas. Num segundo momento, tendo em vista o risco que pode significar assumir integralmente os preceitos definidos por esses estudos no que se refere às possibilidades de transformação da realidade social, propomos a teoria enunciativa de Bakhtin como um caminho para repensar a realidade e a ação do ser humano sobre ela.

¹Conforme Silva (1995), embora pós-estruturalismo e pós-modernismo sejam conceitos de definição ainda difusa, é possível fazer, pelo menos, duas considerações acerca deles: 1) pós-modernismo é um termo mais abrangente que pós-estruturalismo; 2) o pós-estruturalismo associa-se ao conjunto de análises teóricas que destaca o papel e a natureza da linguagem na definição da realidade – estão nele incluídos Foucault, Derrida e Barthes.

Real e representação: a importância da linguagem

Tendo em vista o vasto campo de significações do conceito de representação, interessa, para este trabalho, situar a noção a partir da oposição entre duas formas distintas de conceber a organização do mundo: uma, inserida nos dogmas da modernidade, que defende a existência de leis universais que regem a organização da natureza e das relações humanas; outra, associada às correntes que têm sido denominadas pós-modernismo e pós-estruturalismo, que, repudiando a idéia da universalidade, assinalam a importância do contexto da ação social na interpretação dos dados da realidade. Para a primeira, há uma realidade previamente definida, que antecede à observação do sujeito; para a segunda, há maneiras particulares de conceber a realidade, conforme a localização do sujeito na sua cultura e na sua

historicidade.

As duas abordagens utilizam-se do conceito de representação. No entanto, na perspectiva universalista, a representação constitui ou uma distorção ou uma reprodução fiel da realidade, a qual existe antes mesmo de sua descrição; na perspectiva pós-estruturalista, a representação é elemento de construção da realidade, pois os textos e discursos produzidos no processo de descrição e explicação da realidade revelam uma representação e não um real em si, isto é, o real vai se definindo à medida que é representado. Segundo Silva (1999: 32), o que está em jogo na representação é

... a relação entre, de um lado, o “real” e a “realidade” e, de outro, as formas pelas quais esse “real” e essa “realidade” se tornam “presentes” para nós – re-presentados. Na perspectiva pós-estruturalista, conhecer e representar são processos inseparáveis. A representação – compreendida aqui como inscrição, marca, traço, significante e não como processo mental – é a face material, visível, palpável, do conhecimento.

Os conceitos de ideologia e de realismo permitem-nos compreender melhor o que vem a ser representação do ponto de vista universalista. Com base em Marx, Chauí (1984) afirma que, na sociedade capitalista, existe uma realidade – a da dominação – que precisa ser escamoteada em favor dos interesses da burguesia. Essa opacidade é viabilizada pela ideologia: a partir de um conjunto de idéias e representações, a classe dominante tenta inculcar nos dominados sua visão de mundo para fazê-los crer que a forma como o mundo se dinamiza não está atrelada a nenhum interesse de dominação; ao contrário, corresponde a uma organização natural que não pode ser rompida.

A ideologia se sustenta no fenômeno da alienação, mecanismo pelo qual os agentes não se percebem como produtores de suas condições reais de existência social, passando a explicar as relações sociais por meio de forças que se constituem alheias a sua vontade e a sua ação, contra as quais nada podem, pois são forças superiores. Essa representação de mundo, tida como distorção da realidade social, determina toda a forma como o indivíduo concebe o seu cotidiano. O real passa a ser percebido numa inversão: as idéias fazem os sujeitos e sua vida, e não o contrário. Assim, a ideologia vai substituindo a realidade das coisas pela idéia

das coisas. Os dominantes, por não poderem apresentar idéias que expressem o real, apresentam a aparência social, uma imagem das coisas e dos seres humanos. Exatamente porque são imagens, é possível não só desvinculá-las da realidade, como também estabelecer a possibilidade de inverter a relação, fazendo com que a realidade concreta seja tida como realização dessas imagens.

Em oposição ao conceito de ideologia, temos a noção de realismo, discutida por Silva (1999). Se ideologia é distorção da realidade, o realismo é sua reprodução fiel, considerada a possibilidade de se refletir mimeticamente o mundo. Nesse caso, os meios de representação nos mostram, de forma transparente, a realidade. Para Silva (op. cit.: 57), essa equivalência entre representação e realidade é alcançada graças ao apagamento dos mecanismos e artifícios utilizados no processo de produção da representação:

O realismo nos força a ver a representação tão-somente como produto: um produto fixo, acabado, imóvel. As convenções, os códigos, os artifícios de construção utilizados pelo realismo têm a função de cerrar o jogo da significação, apresentando-nos, em troca, o conforto e a certeza do familiar, do reconhecível. No realismo, tenta-se suprimir a produtividade da representação para dar lugar à imobilização do já visto, à sensação de 'realidade'. Ao ocultar as condições de sua produção, o realismo congela a significação, paralisa a representação no seu estado de identidade com o real.

A modernidade é marcada por esse processo realista, ao definir para o mundo uma imagem racionalista, indicando que é na ciência que se encontra todo o fundamento das verdades. O mundo possui uma ordem natural e à ciência cabe desvendá-la para expô-la em regras e normas universais. Dessa forma, nosso mundo é um mundo único, "um cosmos que repousa sobre si próprio, que possui em si mesmo o seu próprio centro de gravidade" (TOURAINÉ, 1992: 30). Para a modernidade, a racionalização é o único princípio de organização da vida pessoal e coletiva e, portanto, não se pode reconhecer nenhum dado adquirido. Qualquer forma de organização que não se assente nos princípios científicos é tida como antinatural.

O pós-estruturalismo, em oposição à perspectiva universalizante definida pela modernidade, propõe desnaturalizar o mundo, a partir de uma abordagem não-dicotômica entre realidade e representação. Isso significa revelar o processo

de apagamento dos códigos e dos artifícios de representação promovido pelo realismo, de forma que a representação passe a ser entendida como ‘efeito de realidade’ e resultado de um complexo processo de significação (SILVA, 1999). Para os pós-estruturalistas, toda universalidade constitui pura ilusão, pois a realidade não possui um significado único e cabal; ao contrário, ela é fruto de um ato interpretativo condicionado ao contexto particular de seu agente. O moderno empreende uma luta contra as particularidades, cruzando todas as fronteiras da geografia, da etnicidade, da classe, da nacionalidade, da religião e da ideologia. Para os pós-estruturalistas, essas fronteiras determinam a percepção que o sujeito tem sobre a realidade que vivencia.

Discutindo o processo de significação no qual está inserida a representação, Silva (1999) coloca em questão a análise estruturalista dos signos, tendo por base os estudos de Saussure que, ao assinalar o caráter arbitrário do significante em relação ao seu significado, coloca a possibilidade de uma relação não-mediada dos signos com a realidade. Para Silva, existe uma relação de dependência entre significante e significado, pois o significado é definido não por convenções sociais, mas por interações sociais em que os agentes confrontam significados para um mesmo significante, tendo em vista sua posição social, cultural e histórica. Essa relação de dependência entre significante e significado coloca em xeque o caráter rígido, determinado e definitivo dos signos²:

Não existindo de forma independente, o significado não se livrará nunca do significante. Sua conexão com um determinado significante é sempre temporária e precária: não coincidindo com o significante, não estando plenamente presente no significante, mas também não existindo de forma independente, sua ‘definição’, sua ‘determinação’ só pode ser feita por meio de outros significantes, numa cadeia infinita que não deixa nunca o domínio do significante. O significado só está presente no significante como traço, como marca, tanto daquilo que ele é quanto daquilo que ele não é. O processo de significação não é, pois, nunca uma operação de correspondência (entre significados e significantes), mas sempre um processo de diferenciação. (SILVA, 1999: 40)

É nesse sentido que Silva atribui ao signo o caráter de representação: algo que representa algum objeto, não por sua identidade com esse objeto, mas por

²Veremos mais adiante, a partir dos estudos de Bakhtin e, principalmente, da discussão que o autor elabora em torno dos conceitos de significação e tema, que o caráter rígido e determinado dos signos não pode ser radicalmente desconsiderado.

representá-lo, por meio de um significante, como diferente de outros objetos.

Para Foucault (2000), o mito da similaridade entre signo e objeto permitiu à historiografia tradicional a construção de uma história contínua, ininterrupta e sem desvios que, fundamentada em grandes narrativas, tais como as guerras, a história dos caminhos marítimos e a história dos grandes ciclos econômicos, propagou a crença de que a História consiste num conjunto de fenômenos sucessivos e idênticos. Dessa forma, o autor propõe repensar a História, a partir de uma análise crítica das diferenças, das dispersões, das descontinuidades que a história tradicional omitiu, pois:

... uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um (...). Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. (FOUCAULT, 2000: 30)

Como pretende apreender a diferença, a análise discursiva proposta por Foucault é orientada para compreender o enunciado na singularidade de sua situação, determinar as condições de sua existência, definir seus vínculos com outros enunciados, revelar as outras formas de enunciação que foram excluídas:

... suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996: 9)

Segundo Varela (1994), referenciado em Foucault, o mito da totalidade na qual se sustenta a modernidade, foi construído graças ao exercício de um amplo poder disciplinar que ela empreendeu, na tentativa de legitimar e naturalizar certas relações de forças para justificar a dominação de determinados grupos sociais sobre outros. Para isso, impôs limites, excluiu o inominável, dividiu e colocou em

competição certos saberes em face de outros, certos sujeitos em face de outros.

Interdição e separação são os dois procedimentos de exclusão citados por Foucault (1996). A interdição está relacionada com o cerceamento do dizível: o que pode ser dito, ou não, é determinado pelas circunstâncias da situação discursiva. A separação refere-se à legitimação dos discursos: para compor um significado homogêneo, alguns discursos são reconhecidos como detentores da verdadeira significação, enquanto outros são rejeitados. Exemplificando com a psiquiatria, Foucault afirma que o objeto loucura foi sendo constituído pelos discursos legitimados dos médicos, enquanto os discursos dos ‘loucos’ eram lançados ao isolamento absoluto. Assim como a loucura, os demais objetos vão se definindo à medida que são recortados, nominados e descritos pelos discursos, a partir desses procedimentos de exclusão. Para Foucault, esses procedimentos indicam a necessidade de uma análise histórica que eleja o discurso como elemento fundamental: assumir os discursos excluídos não como arbitrários e desconexos, mas como constituintes dos discursos manifestos e desvelar as regras que permitem essa coexistência e, por conseguinte, uma certa unidade. Ao considerar os discursos em sua descontinuidade, revelam-se possibilidades estratégicas que, permitindo a ativação de temas incompatíveis ou a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes, apontam para formas de repartição. Fundamentado nessa idéia, Foucault (2000: 43) elabora o conceito de formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma formação discursiva (...). Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas).

Referindo-se ao sistema de formação conceitual como um feixe de relações de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto e evidenciam a dispersão dos discursos, Foucault (2000: 66-67) afirma que:

... não se trata de fazer seu [dos conceitos] levantamento exaustivo, de estabelecer

os traços que podem ter em comum, de tentar classificá-los, de medir-lhes a coerência interna ou testar sua compatibilidade mútua; não se toma como objeto de análise a arquitetura conceitual de um texto isolado, de uma obra individual ou de uma ciência como um todo (...); tentamos determinar segundo que esquemas (de seriação, de grupamentos simultâneos, de modificação linear ou recíproca) os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso; tentamos estabelecer, assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais.

Com base nessa idéia da repartição, Foucault mostra-nos a impossibilidade de se lançarem à obscuridão os discursos excluídos. Os sujeitos despojados do direito de participar do sistema de significação dominante, inexoravelmente, continuam produzindo discursos que se opõem aos oficiais e legítimos, empreendendo movimentos de resistência à tirania dos discursos totalizantes.

Vista a partir da ótica discursiva foucaultiana, a questão do poder encontra nos pós-estruturalistas um deslocamento. A idéia do Estado como centro do poder é desmistificada, conduzindo, então, a uma análise ascendente do poder, com base nos estudos dos seus mecanismos infinitesimais, cada qual com sua própria história, com sua própria trajetória, com técnicas e estratégias definidas por contextos e situações sociais distintos. Caem por terra, assim, os valores universais. O belo, o bom, o justo, que na modernidade têm sua essência determinada segundo sua conformidade com as regras universais, no pós-estruturalismo são validados pelo contexto em que são concebidos.

A oposição entre universal e local, entre totalidade e fragmentação, destacada pelos pós-estruturalistas e pós-modernistas, apresenta-nos um risco: o da negação a qualquer tipo de racionalidade e, conseqüentemente, o da afirmação da inexistência de qualquer tipo de estabilidade. A aceitação da absoluta fluidez da realidade pode, a nosso ver, levar ao imobilismo, dada a impressão de que nada há por se fazer ou por se lutar, pois tudo é instável e fluido. Recusamo-nos a assumir essa perspectiva, concordando com Gómez (2001: 37), quando diz que a orientação relativista do pós-modernismo pode conduzir a uma análise equivocada de cultura, em que, em nome da afirmação das diferenças, afirmam-se também o isolamento,

a incomensurabilidade e a impossibilidade de compreender as culturas alheias: “a afirmação das diferenças não pode esquecer a existência de importantes aspectos comuns na experiência humana mais diversificada”. Nesse sentido, o autor ressalta a necessidade da existência da razão: negar a universalidade de um fundamento não pode significar a negação de qualquer tipo de fundamentação. Embora plural, contingente e provisória, a fundamentação deve ser defensável e argumentável e, portanto, dotada de racionalidade.

Nesses termos, buscamos em Bakhtin (1995; 1997) um fundamento plausível para considerar a existência de uma estabilidade, que se coloca como temporária porque, ao mesmo tempo em que não se nega o valor da história e da cultura na constituição do homem, assinala-se a possibilidade de esses serem atualizados e transformados nas situações singulares de interação social. A análise enunciativa elaborada pelo autor permite-nos falar em relação intersubjetiva, em que o homem se insere como um sujeito social porque, no decorrer de sua história, apropria-se, por meio das interações sociais, de diferentes discursos historicamente definidos e, como sujeito individual, pois imbuído de um papel ativo, nega-se a elaborar esse processo de apropriação em termos de meras transferências do social para o psicológico.

O item que segue pretende expor como Bakhtin, ao definir os conceitos de enunciação, gêneros do discurso e dialogismo, embasa essa idéia de relação intersubjetiva.

Bakhtin: um resgate enunciativo da história e da cultura

Ao destacar o valor ideológico das enunciações, Bakhtin esclarece as formas pelas quais o histórico e o social penetram nas interações humanas e como esse cenário é apropriado subjetivamente pelo indivíduo. Isso, além de nos ajudar a entender um pouco mais a relativa estabilidade e a conexão entre o social e o individual de que falamos, possibilita também uma compreensão dos aspectos discursivos da formação das representações (para o autor, processo de significação da realidade).

De acordo com Bakhtin (1995), existe uma realidade objetiva – natural ou social – que, ao passar por um processo de significação, resulta em símbolos – sendo

o signo o mais importante deles –, pelos quais a realidade passa a ser percebida. Esse processo é eminentemente ideológico, pois o significado não substitui a realidade em si e é resultado de um confronto entre índices de valores contraditórios que se dá no território social: “converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade” (op.cit.: 31), sendo que “cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira” (op. cit.: 33). Assim, seguindo o exemplo oferecido pelo próprio Bakhtin (op. cit.: 51), quando se come uma maçã, come-se um objeto físico pertencente a uma realidade objetiva e não a significação da palavra maçã. Daí se justifica a afirmação do autor de que: “a significação constitui a expressão da relação do signo, como realidade isolada, com outra realidade, por ela substituível, representável, simbolizável” (op. cit.: 51), sendo, portanto, impossível separar signo de significação.

E por não existir nenhuma inerência na significação, todo o processo de significação se dá, para o pensador russo, no social. Segundo ele, o signo não se forma num terreno puramente individual porque, para se constituir como tal, necessariamente enfrenta um processo de compreensão que pressupõe a interação entre indivíduos – socialmente organizados – a confrontarem o signo em construção com outros signos já conhecidos e partilhados.

Por isso, não há como se falar nem em consciência individual pura, nem em consciência universal, pois a consciência encontra sua materialidade nos signos criados por um grupo organizado, no curso de suas relações sociais.

A época, o meio social, o micromundo – o da família, dos amigos e conhecidos, dos colegas – que vê o homem crescer e viver, sempre possui seus enunciados que servem de norma, dão o tom; são obras científicas, literárias, ideológicas, nas quais as pessoas se apóiam e às quais se referem, que são citadas, imitadas, servem de inspiração. Toda época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc. Há sempre certo número de idéias diretrizes que emanam dos “luminares” da época, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras de ordem, etc. (BAKHTIN, 1997: 313)

Bakhtin (1995: 36) afirma que é fundamentalmente pela palavra, material-

zada em signo como produto da interação entre locutor e ouvinte, que a corrente de comunicação social se dá: “a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (...) É precisamente na palavra que se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica”. Todos os processos de compreensão passam pela palavra: mesmo que não ganhe expressão exterior, ela organiza aquilo que o autor denomina discurso interno. Assim como a expressão exterior, o discurso interno se organiza a partir de uma situação social imediata em que se buscam os seus possíveis ouvintes. No discurso interno, há uma relação com um ouvinte potencial, socialmente definido. Sem essa condição, não há atividade mental. Por isso, “todo itinerário que leva da atividade mental (o ‘conteúdo a exprimir’) à sua objetivação externa (a ‘enunciação’) situa-se completamente em território social”. (BAKHTIN, 1995: 117)

Em forma de enunciação, a atividade mental deve submeter-se a uma orientação social extremamente complexa, determinada pela exigência de adaptar-se ao contexto social imediato do ato de fala e aos interlocutores concretos da enunciação. É nesse sentido que Bakhtin se refere ao conceito de dialogismo como sendo um fenômeno inerente ao discurso: este nasce no diálogo como uma réplica em direção ao discurso do outro, no qual, por sua vez, encontram-se outros discursos. Ideologicamente colocada, essa orientação dialógica do discurso é carregada de contradição, haja vista que:

... todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros... (BAKHTIN, 1998: 86)

Segundo o autor (1995: 123), existe uma “corrente de comunicação verbal ininterrupta” em que irrompem múltiplas vozes alheias. O discurso interage com esse meio plurilíngüe e individualiza-se, ganhando forma própria, a partir de um proces-

so responsivo que leva em conta um ouvinte concreto e o seu mundo particular. É nesse processo de apropriação de vozes alheias que o homem realiza a significação do mundo.

Assim, captar a dinâmica viva da linguagem significa resgatar a história da produção dos enunciados e esta está intrinsecamente associada às esferas da atividade humana: “O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas não só por seu conteúdo temático e seu estilo verbal, mas também e sobretudo por sua construção composicional”. (BAKHTIN, 1995: 279)

O conceito de gêneros do discurso nasce desse princípio básico de utilização da língua. Para Bakhtin, os enunciados são marcados pelas especificidades das formas como os integrantes de determinada esfera da atividade humana utilizam a língua. Cada uma das esferas de comunicação elabora tipos de enunciados relativamente estáveis, dando origem aos gêneros do discurso. A estabilidade é relativa, dado o fato de que esses gêneros são dotados de dinamicidade e complexidade, pois se relacionam com a infinita diversidade das esferas da atividade humana. De acordo com Bakhtin, cada esfera comporta um repertório de gêneros do discurso que vai se diferenciando e se ampliando à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

Essa heterogeneidade, característica dos gêneros do discurso – que podem ir desde a curta réplica do diálogo cotidiano até a complexidade de um romance –, dificulta extremamente uma definição do caráter genérico do enunciado. Dada a dificuldade, Bakhtin estabelece uma diferença fundamental entre gêneros do discurso primários e gêneros do discurso secundários. Os gêneros primários do discurso, caracterizados como mais simples, nascem em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea, enquanto os gêneros secundários do discurso – complexos – aparecem em circunstâncias mais complexas e relativamente mais evoluídas. Os primários transformam-se dentro dos secundários, ao perderem sua relação mais imediata com a realidade – a concreta e a dos enunciados alheios. O autor russo exemplifica-nos essa idéia com o romance: nele, a réplica do diálogo cotidiano só se integra à realidade existente por intermédio da obra considerada como um todo. Tanto o romance quanto a réplica do diálogo cotidiano são enunciados; no entanto, o primeiro é enunciado num gênero secundário e o segundo, num gênero primário. Para ele, a natureza do enunciado está na inter-relação entre os gêneros primários e secundários e no processo histórico de formação dos gêneros secundários.

A diversidade dos gêneros do discurso decorre das diversas formas típicas de se dirigir a alguém. É fundamentado na idéia da relação entre o enunciado do locutor e seu destinatário que Bakhtin estenderá sua crítica a toda lingüística do século XIX – para a qual o locutor é o centro de toda comunicação verbal, enquanto o destinatário deve manter-se numa posição passiva em que simplesmente decodifica o conteúdo da comunicação do locutor – e proporrá novas perspectivas para o estudo da linguagem.

Conforme o autor, a redução dos papéis de ouvinte e receptor a meras funções deve ser combatida, pois distorce a compreensão da natureza da língua e do processo complexo da comunicação. Embora seja necessário admitir que, de fato, o receptor detona um processo de compreensão e percepção da fala do locutor, a comunicação verbal não se reduz a isso. Na verdade, a comunicação verbal é um processo em constante elaboração, no qual o ouvinte adota uma atitude responsiva ativa durante todo o processo de audição e de compreensão do enunciado do outro. Essa atitude responsiva pressupõe que toda compreensão do receptor é prenhe de resposta, o que acaba alargando seu horizonte e o transforma também em locutor. A relação entre locutor e ouvinte se amplia ainda pelo fato de que o locutor, ao levar em conta a compreensão ativa, presume a resposta do ouvinte de modo pluridimensional:

... enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado. (BAKHTIN, 1995: 321)

A primeira característica do enunciado é a alternância dos sujeitos falantes – “todo enunciado comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros” (BAKHTIN, 1995: 294). O enunciado é estritamente delimitado por essa alternância de sujeitos falantes, isto é, ele pressupõe sempre a transferência da palavra para o outro. Dadas as variadas situações de comunicação, a alternância de sujeitos falantes adota formas também variadas. Bakhtin especifica-nos um pouco

mais a questão ao explorar a dinâmica do diálogo real. Nele, as réplicas ligam-se umas às outras e cada uma delas tem um acabamento específico que não só expressa a posição do locutor, como também abre a possibilidade de uma posição responsiva. A relação entre as réplicas do diálogo só pode ser analisada a partir da relação entre sujeitos falantes e, nesse sentido, a gramaticalização, que distorce as noções de oração e de enunciado, de nada vale.

O autor distingue oração de enunciado, identificando a primeira como unidade da língua e a segunda, como unidade da comunicação verbal. O que determina essa identificação é o fato de que a oração nunca pressupõe a alternância dos sujeitos falantes, considerando apenas o locutor, enquanto o enunciado tem a capacidade de determinar uma resposta do outro. A oração não tem uma significação plena, pois não se vincula diretamente com a realidade e com os enunciados do outro. A oração não tem autor, não é de ninguém, enquanto o enunciado só existe na sua relação com o autor. Se um enunciado é analisado como uma oração, tende a gramaticalizar-se, perdendo sua natureza comunicativa e restringindo-se à natureza gramatical. Analisar uma oração significa retirar do enunciado todas as suas injunções contextuais e sua ressonância dialógica, isto é, significa retirar do enunciado o seu sentido.

Além da alternância dos sujeitos falantes, Bakhtin nos indica como mais uma das características do enunciado, o acabamento específico. Para ser um enunciado, não basta ser compreensível: é necessário um acabamento que torne possível uma reação. A totalidade acabada do enunciado é determinada por três fatores, que, por sua vez, definem a composição de um gênero do discurso, a saber:

- 1. o conteúdo temático, relativo ao tratamento exaustivo do objeto do sentido** – o tratamento do tema varia conforme as esferas da comunicação verbal: naquelas em que os gêneros do discurso são padronizados ao máximo e a criatividade é quase inexistente, o tratamento exaustivo pode ser quase total; nas esferas criativas, o tratamento exaustivo é relativizado, e o que se tem é o mínimo de acabamento para suscitar uma atitude responsiva. Embora o objeto seja inesgotável, ao se tornar tema de um enunciado, recebe um acabamento determinado pelas condições da enunciação, pela abordagem do problema, do material, dos objetivos;
- 2. o estilo, referente ao intuito, ao querer-dizer do locutor** – o intuito discursivo do locutor determina o todo do enunciado: suas amplitudes e fronteiras, a

escolha do objeto e seu tratamento exaustivo e a forma do gênero em que ele será estruturado, de modo que: “O intuito, o elemento subjetivo do enunciado, entra em combinação com o objeto do sentido – objetivo – para formar uma unidade indissolúvel, que ele limita, vincula à situação concreta (única) da comunicação verbal, marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciados” (BAKHTIN, 1995: 300). Ao captarem o intuito discursivo do locutor, os parceiros de uma comunicação verbal conseguem perceber o todo de um enunciado que ainda está em desenvolvimento;

3. **forma composicional, associada às formas estáveis do gênero** – o intuito discursivo do locutor se realiza, principalmente, na escolha de um gênero do discurso, determinada pela especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática, do conjunto dos parceiros etc. O discurso é moldado pelas formas precisas de gêneros, isto é, “todos os enunciados dispõem de uma forma padronizada e relativamente estável de estruturação de um todo” (op. cit.: 301). Há uma gama tão padronizada de gêneros que o intuito discursivo do locutor quase só pode manifestar-se na escolha do gênero; se assim não fosse, e a cada comunicação verbal tivéssemos de criar um gênero, ela estaria praticamente inviabilizada. Embora existam gêneros mais livres e criativos, o seu uso não significa uma recriação de um gênero; na verdade, para usar livremente os gêneros, é necessário um bom domínio deles.

Como vimos, a concepção bakhtiniana da comunicação verbal eleva o ouvinte ao estatuto de protagonista real. A lingüística tradicional, ao menosprezar o papel ativo do ouvinte, incorreu num erro metodológico: concebeu a língua em frações fônicas e significantes e desconsiderou aquilo que, para Bakhtin, constitui a unidade real da comunicação verbal – o enunciado. O discurso não tem existência a não ser sob a forma de enunciados, e estes, por sua vez, possuem características estruturais e fronteiras claramente delimitadas, que devem ser consideradas pelos lingüistas.

Essa orientação para o ouvinte introduz no discurso elementos completamente novos, resultantes da disputa colocada na situação de interação entre diversos contextos, diversos pontos de vista, diversos horizontes, diversas vozes sociais. Para o autor, a resposta do ouvinte é um princípio ativo do discurso. Como o discurso se caracteriza pela interação entre o falante e o ouvinte, a compreensão

de sua significação está colocada nessa ponte: o falante conta sempre com a compreensão de sua enunciação por parte do ouvinte. Bakhtin denomina esse processo de compreensão ativa, afirmando que ela é o tipo genuíno de compreensão, pois já pressupõe em si o germe de uma resposta. A compreensão é sempre dialógica, isto é, a significação de uma palavra não está nela mesma, mas na interação entre locutor e receptor: quando procura compreender a enunciação do outro, a pessoa se orienta em relação a ela, situando-a no seu contexto e a ela faz corresponder uma série de palavras suas, formando uma réplica. Por isso, “A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro” (BAKHTIN, 1995: 135). Em outras palavras, a significação de uma enunciação origina-se da composição entre o significado lingüístico estabelecido pelo sistema da língua e seu sentido atualizado na situação concreta de comunicação. Dessa noção, Bakhtin define os conceitos de significação e tema, enfatizando a idéia de que a evolução da língua se dá a partir dessa composição.

A significação se vincula mais ao aspecto estável da língua, aos elementos da enunciação que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos e cujo sentido é apreendido nas formas de suas relações morfológicas e sintáticas. O tema não se restringe às formas lingüísticas do enunciado, seu valor se revela na dinamicidade e complexidade presentes na situação em que se insere uma enunciação. O tema é parte não-reiterável da língua, que só pode ser compreendido na sua ligação indissolúvel com a situação histórica em que se dá a interação. Aprender o tema significa tomar a enunciação em sua plenitude concreta.

Na verdade, não há tema sem significação, nem significação sem tema; a significação é o aparato técnico no qual se sustenta o tema. Se depreendermos um do outro, nada restará da enunciação, pois é impossível encontrar a significação de uma palavra sem relacioná-la ao seu tema. Este, por sua vez, não ganhará sentido se não se apoiar na ‘estabilidade’ da significação. Bakhtin (1995: 130) orienta-nos para a maneira mais correta de inter-relacionar tema e significação: “o tema constitui o estágio superior real da capacidade lingüística de significar. De fato, apenas o tema significa de maneira determinada. A significação é o estágio inferior da capacidade de significar; ela não quer dizer nada em si mesma, é apenas um potencial, uma

possibilidade de significar no interior de um tema concreto”. Para ele, qualquer processo de investigação de sentido que não considere essa inter-relação e caminhe por apenas uma das direções resultará insatisfatório.

Além de tema e significação, toda enunciação possui uma orientação apreciativa: no processo de compreensão ativa e responsiva, o indivíduo, inevitavelmente, imputa à enunciação um acento de valor, indicando se a significação entrou ou não no seu horizonte – particular e social. A mudança de significação, e portanto, a evolução da língua, só pode ser efetivada por meio desse processo apreciativo, pois é ele que possibilita o deslocamento de uma determinada palavra de um contexto apreciativo para outro. Bakhtin atenta para o fato de que esse deslocamento não é um processo harmonioso, pois os novos aspectos da existência entram em conflito com os velhos, submetem-nos a uma reavaliação e os obriga a uma recolocação no horizonte apreciativo social. Daí afirmar que a estabilidade da significação é apenas provisória porque, incessantemente absorvida pelo tema e dilacerada por suas contradições, ressurge com novas significações.

Conclusão

Como vimos, a noção de representação ganha novos enfoques se tomarmos por base os estudos enunciativos de Bakhtin: diferentemente do que podem defender os modernistas e os pós-modernistas, a representação não é nem substituição da realidade, nem a própria realidade; representação e realidade são dois fenômenos que, embora altamente implicados, não podem ser confundidos. Se efetivada a confusão, corremos o risco de aceitar inquestionavelmente todos os sentidos que são gerados socialmente. Assim, por exemplo, o fato de os trabalhadores não atribuírem à relação de trabalho um sentido de dominação pode levar à conclusão – equivocada – de que a dominação inexistente.

Na verdade, pelo viés bakhtiniano, a significação é a forma pela qual o sujeito social percebe a realidade vivenciada, construída ideologicamente, por meio dos conflitos que estão socialmente colocados, mas ela não constitui o reflexo fiel da realidade. Para Bakhtin, há na significação dois aspectos: o da reflexão e o da refração; ao refletir uma realidade, a significação refrata uma outra. Ambos os

aspectos enfatizam a identidade social do homem, pois a noção de sujeito defendida pelo autor é a de um sujeito social que pertence a uma classe social, em que se apresentam múltiplos discursos que dialogam conflituosamente.

A sociabilidade pensada por Bakhtin encaminha-se, pois, para duas direções convergentes: 1) a relação entre sujeitos – o processo de significação dá-se discursivamente entre sujeitos que interagem; 2) a relação entre sujeitos e sociedade – o processo de significação não se constitui segundo a vontade suprema dos interlocutores, a partir dos conflitos individuais que entre eles estão colocados; os interlocutores se revelam como sujeitos histórico-sociais, pois em seus discursos despontam diversas vozes sociais que se constituíram em outros lugares enunciativos. Não se pode aqui confundir dialógico com dialético, pois, sendo o discurso polifonicamente construído, a síntese é irrealizável.

A análise dialógica que o pensador russo propõe em torno das relações sociais atribui às ciências humanas uma nova especificidade: o texto. Ao tomar o discurso como objeto de estudo, as ciências humanas voltam-se para compreensão do homem como um sujeito que instaura a si mesmo e ao outro a partir dos textos que enuncia. Segundo Barros (1996: 23), é assim que Bakhtin alcança a distinção entre as ciências humanas e as ciências exatas e biológicas: “o homem não só é conhecido através dos textos, como se constrói enquanto objeto de estudos nos ou por meio dos textos, o que distinguiria as ciências humanas das ciências exatas e biológicas que examinam o homem fora do texto”. Conforme Brait (1996: 71), a potencialidade dessa perspectiva, porque não se restringe apenas ao campo lingüístico, ainda não está plenamente desenvolvida:

O conceito de linguagem que emana dos trabalhos desse pensador russo está comprometido não com uma tendência lingüística ou uma teoria literária, mas com uma visão de mundo que, justamente na busca das formas de construção e instauração do sentido, resvala pela abordagem lingüístico/discursiva, pela teoria da literatura, pela filosofia, pela teologia, por uma semiótica da cultura, por um conjunto de dimensões entretecidas e ainda não inteiramente decifradas.

Key words: representation; enunciation; dialogism.

ABSTRACT: The notion of representation has been receiving noteworthy distinction in the new analysis of the social relationship which associates the human being's social constitution with his or her own ways of language. The aim of this paper is both to show some of the discussions that have been hold about concept, mainly in which it refers to its relation to the verbal language, and to present Bakhtin's Enunciation Theory as being a possibility of avoiding the risk of nihilism that involves some of these approaches.

- BAKHTIN, Mikhail. (1953) *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior)
- BAKHTIN, Mikhail & VOLOCHÍNOV, V. N. (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto et al. (orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- BRAIT, Beth. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva. In: FARACO, Carlos Alberto et al. (orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- CHAU, Marilena. *O que é ideologia*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos, v. 7)
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. (Série Leituras Filosóficas)
- _____. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- GÓMEZ, Angel I. Pérez. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O sujeito da educação – estudos foucaultianos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. (Coleção Ciências Sociais da Educação)

E
C
C
O
S

R
E
V.

C
I
E
N
T.

n. 2
v. 3

dez.
2001